



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
DA 10ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
NO PORTO DO RIO GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 6 DE JUNHO DE 2014

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO GRANDE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 810, § 3º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

1. CANCELAR o Ato Declaratório Executivo nº 009, de 05/06/2014, publicado no D.O.U. de 06/06/2014.

2. INCLUIR no Registro de Despachantes Aduaneiros as seguintes pessoas:

NOME	CPF	PROCESSO
Marcelo Macedo Solé	005.304.450-93	11050.720967/2014-46
Mateus Borges Alves	008.737.550-81	11050.720871/2014-88

3. CANCELAR a inscrição no Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros, em razão da inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros, das seguintes pessoas:

Nº REGISTRO	NOME	CPF
10A.01.964	Marcelo Macedo Solé	005.304.450-93
10A.03.266	Mateus Borges Alves	008.737.550-81

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

MARCO ANTONIO ALMEIDA MEDEIROS

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA DE FUNDOS REGIONAIS
E INCENTIVOS FISCAIS
DEPARTAMENTO FINANCEIRO
E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS

PORTARIA Nº 5, DE 6 DE JUNHO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS - DFRP, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII do art. 24 da Seção II do Capítulo IV do anexo VI da Portaria nº 117, de 7 de março de 2012, com base na Portaria nº 1.913, de 5 de dezembro de 2007 (alterada pela Portaria nº 859, de 12 de dezembro de 2011), e na Ordem de Serviço nº 01, de 16 de outubro de 2013, todas do Ministério da Integração Nacional;

Considerando as análises técnicas constantes do Relatório de Acompanhamento Físico-Contábil - REAFC nº 8, de 11 de abril de 2013, do Relatório de Conclusão de Projeto - RECON nº 3/CPROJ/GRB/SFRP/SFRI/MI, de 25 de abril de 2014, da Equipe Técnica da GRB, os quais atestaram a regularidade do Empreendimento e o percentual de implantação de 100% para um nível de 100% de recursos financeiros liberados;

Considerando a recomendação favorável à emissão do CEI feita pela Gerente Regional de Belém, por meio Despacho nº 2/GRB/DFRP/SFRI/MI, de 12 de maio de 2014, em favor da Empresa AGROPECUÁRIA PONTAL DO PARANAÍTA S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.642.136/0001-20, com projeto localizado no Município de Paranaíta, no Estado do Mato Grosso;

Sopesando o disposto na manifestação exarada por meio do Termo de Manifestação nº 10, de 6 de junho de 2014, da Comissão Consultiva para os Fundos de Investimentos - CCFI, resolve:

Art. 1º - Emitir o CERTIFICADO DE EMPREENDIMENTO IMPLANTADO - CEI, para fins do que dispõe o § 12 do art. 5º da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, com a nova redação que lhe foi dada pelo art. 4º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, em favor da referida Incentivada, que recebeu recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam, nas modalidade do artigo 5º da citada Lei.

Art. 2º - A Empresa Beneficiária fica obrigada a encaminhar ao DFRP, para fins de avaliação econômica, por um período de dez anos, cópias das demonstrações financeiras anuais, na conformidade do art. 176 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a apresentar os demonstrativos a seguir relacionados, de acordo com os preceitos do art. 4º da Portaria MI nº 1.913, de 5 de dezembro de 2007:

I - quantidade de emprego direto mantido, comprovada pela apresentação da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - GFIP, referente ao último mês do exercício social de cada ano;

II - valores dos tributos recolhidos a título de Imposto Sobre Serviços - ISS, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS, Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI; e

III - quadro de produção e vendas realizadas.

Art. 3º - O não atendimento ao disposto no artigo anterior representará inadimplência a ser considerada por ocasião da apresentação de pleitos futuros ao Ministério da Integração Nacional.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍLIO ALVES BARCELOS

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO
E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 152, DE 6 DE JUNHO DE 2014

Autoriza o empenho e a transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Município de Ronda Alta - RS.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pelo Decreto de 16 de outubro de 2013, publicado no D.O.U., de 17 de outubro de 2013, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 477, de 05 de julho de 2011, publicada no D.O.U., de 06 de julho de 2011, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e repasse de recurso ao Município de Ronda Alta - RS, no valor de R\$ 1.413.556,21 (um milhão, quatrocentos e treze mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e vinte e um centavos), para a execução de obras de reconstrução de danos causados por enxurradas, descrita no Plano de Trabalho juntado ao processo nº 59050.000073/2013-81.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, Classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.6501; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0388; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação do recurso em três parcelas.

Art. 4º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

PORTARIA Nº 153, DE 6 DE JUNHO DE 2014

Reconhece situação de emergência por procedimento sumário em municípios do Estado do Piauí

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, Art. 7º, § 3º, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto nº 15.637, de 23 de maio de 2014, do Estado do Piauí,

Considerando ainda as demais informações constantes no processo nº 59050.000760/2014-88, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de estiagem, COBRADE: 1.4.1.1.0, a situação de emergência por procedimento sumário nos municípios listados na tabela.

Nº	Município
1	Acauã
2	Agricolândia
3	Água Branca
4	Alagoinha do Piauí
5	Alegrete do Piauí
6	Alto Longá
7	Altos
8	Alvorada do Gurguéia
9	Amarante
10	Angical do Piauí
11	Anísio de Abreu
12	Aroazes
13	Aroeiras do Itaim
14	Arraial
15	Assunção do Piauí
16	Avelino Lopes
17	Baixa Grande do Ribeiro
18	Barra D'Alcântara
19	Barras
20	Barro Duro
21	Batalha
22	Bela Vista do Piauí
23	Belém do Piauí
24	Benedictinos
25	Bertolínia
26	Betânia do Piauí
27	Bocaina
28	Bom Jesus
29	Bom Princípio do Piauí
30	Bonfim do Piauí
31	Brasiléia
32	Brejo do Piauí
33	Burití dos Lopes
34	Burití dos Montes
35	Cajazeiras do Piauí
36	Cajueiro da Praia
37	Caldeirão Grande do Piauí

38	Campinas do Piauí
39	Campo Alegre do Fidalgo
40	Campo Grande do Piauí
41	Campo Largo do Piauí
42	Campo Maior
43	Canavieira
44	Canto do Buriti
45	Capitão de Campos
46	Capitão Gervásio Oliveira
47	Caracol
48	Caraiúbas do Piauí
49	Caridade do Piauí
50	Castelo do Piauí
51	Caxingó
52	Cocal
53	Cocal de Telha
54	Cocal dos Alves
55	Coivaras
56	Colônia do Gurguéia
57	Colônia do Piauí
58	Conceição do Canindé
59	Coronel José Dias
60	Corrente
61	Curimatá
62	Currais
63	Curralinhos
64	Curral Novo do Piauí
65	Dirceu Arcoverde
66	Dom Expedito Lopes
67	Dom Inocêncio
68	Domingos Mourão
69	Elesbão Veloso
70	Eliseu Martins
71	Esperantina
72	Fátima do Piauí
73	Flores do Piauí
74	Floresta do Piauí
75	Floriano
76	Francinópolis
77	Francisco Ayres
78	Francisco Macedo
79	Francisco Santos
80	Fronteiras
81	Geminiano
82	Gilbués
83	Guaribas
84	Hugo Napoleão
85	Ilha Grande
86	Inhuma
87	Ipiranga do Piauí
88	Isaías Coelho
89	Itainópolis
90	Itaueira
91	Jacobina do Piauí
92	Jaicós
93	Jardim do Mulato
94	Jatobá do Piauí
95	Jerumenha
96	João Costa
97	Joaquim Pires
98	Joca Marques
99	Juazeiro do Piauí
100	Júlio Borges
101	Jurema
102	Lagoa do Barro do Piauí
103	Lagoa do São Francisco
104	Lagoa do Sítio
105	Lagoinha do Piauí
106	Luís Correia
107	Luzilândia
108	Madeiro
109	Manoel Emídio
110	Marcolândia
111	Marcos Parente
112	Massapê do Piauí
113	Matias Olímpio
114	Miguel Leão
115	Milton Brandão
116	Monsenhor Gil
117	Monsenhor Hipólito
118	Monte Alegre do Piauí
119	Morro Cabeça no Tempo
120	Morro do Chapéu do Piauí
121	Murici dos Portelas
122	Nazaré do Piauí
123	Nossa Senhora de Nazaré
124	Nossa Senhora dos Remédios
125	Nova Santa Rita
126	Novo Oriente do Piauí
127	Novo Santo Antônio
128	Oeiras
129	Olho D'Água do Piauí
130	Padre Marcos
131	Paes Landim
132	Pajeú do Piauí
133	Palmeira do Piauí
134	Palmeirais
135	Paquetá
136	Parnaguá
137	Passagem Franca do Piauí
138	Patos do Piauí
139	Pau D'Arco do Piauí
140	Paulistana
141	Pavussu
142	Pedro II
143	Pedro Laurentino
144	Picos
145	Pimenteiras